

## O milagre por alimentos continua necessário

Por Osler Desouza

Compilado dos relatórios diários do Congresso de 2005 do World Agricultural Fórum.  
Comentado por Osler Desouza

O “World Agricultural Forum “ (WAF) foi fundado em 1997 em St.Louis, nos Estados Unidos, por um grupo de pessoas, companhias, academia, OGNs que acreditam que um mundo, onde sobram alimentos e fome, não é viável.

Tranqüilizem-se, por favor, os pais do Fome Zero e Burocracia 1000. Não estamos tentando tirar de vocês o “slogan”. Estamos lá tentando realmente equacionar o problema da fome e não para poder fazer discurso. Acreditamos que com fome não haverá qualquer possibilidade de paz no mundo e isso não é discurso de Concurso de Miss.

O WAF é uma plataforma de neutralidade a fazer inveja à Suíça, onde estimulamos diálogo sobre agricultura, sobretudo seu papel primordial em aliviar a pobreza e sustentar a vida humana. Nossos Congressos têm chamado atenção sobre a disponibilidade de recursos (lato senso) para agricultura, sobretudo a pouca disponibilidade de terra arável e do recurso mais escasso para a humanidade: á-g-u-a.

Essa plataforma neutra possui a forma de Congressos e, desde 1997, já foram realizados 3 congressos mundiais e um regional. O último Congresso Mundial foi realizado em maio de 2005 e teve como temática que os sistemas local, regional e global dos agroalimentos são a chave para a paz, segurança e crescimento mundial.

O Congresso foi marcante por vários pontos, começando pela consciência de que a população mundial está envelhecendo e é declinante nos Países Desenvolvidos (PD). Em seu discurso de abertura, James B.Bolger, ex-Primeiro Ministro da Nova Zelândia e Presidente da Diretoria Consultiva do WAF, destacou as populações de 51 PD, que hoje constituem a espinha dorsal da demanda mundial do agronegócio, deverão diminuir 1/3 até 2050.

Por outro lado, a população dos 50 Países Menos Desenvolvidos (PMD), hoje em torno de 800 milhões de pessoas, deverá dobrar no mesmo período. Fica evidenciado que serão os PMD e os Países em Desenvolvimento (PED) que terão as maiores necessidades por alimentos nas próximas 4 décadas. Mas “necessidade” não se traduz em demanda, a menos que esteja acompanhada pela habilidade de pagar. E Bolger solicitou que o Congresso do WAF 2005 focasse em como o mundo desenvolvido e rico, através de seus subsídios à produção e exportação que inviabilizam a capacidade de competir das nações pobres, estava perenizando a pobreza no mundo menos desenvolvido e tornando-o dependente de ajuda em alimentos.

Outra expressão de idêntica contundência foi usada por Susan Sechler, do German Marshall Fund, ao afirmar que a “política do comércio mundial tem sido comandada por perdedores”. Sechler liderou como moderadora um painel que discutiu como a política agrícola dos PD estava, na realidade, fazendo mais em termos de perpetuar a fome mundial ao invés de aliviá-la. Afirmou que uma das principais razões pela qual a reforma do comércio mundial de produtos agrícolas tem provado ser tão elusiva, reside no fato de que ela tem sido conduzida por aqueles que têm mais a perder, concretamente os Estados Unidos e a Comunidade Econômica Européia.

Por que têm eles mais a perder? Porque o elaborado sistema de subsídios à produção e de subsídios à exportação tem servido bem a seus propósitos de política interna. É esse o motivo porque os Estados Unidos e a CEE têm resistido fortemente aos pedidos dos PED e PMD no sentido de desmontarem os subsídios que distorcem a produção e o comércio, protegendo-se,

dessa forma, do que aconteceria se as leis de vantagem econômica comparativa pudessem determinar que países deveriam produzir “o que” e vender “para quem”.

Dr. Robert Thompson, da Universidade de Illinois, apresentou uma tabela de quanto seriam os preços de alguns produtos agrícolas se não fossem deprimidos pela política de países ricos, membros da OECD e outros, incluindo os Estados Unidos:

|             |  |
|-------------|--|
| Arroz:      | 33% a 50% menores do que deveriam ser; |
| Açúcar:     | 20% a 40% menores do que deveriam ser; |
| Laticínios: | 20% a 40% menores do que deveriam ser; |
| Algodão:    | 10% a 20% menores do que deveriam ser; |
| Amendoim:   | 10% a 20% menores do que deveriam ser. |

Thompson também listou formas específicas pelas quais o ambiente comercial global prejudica os países menos desenvolvidos:

1) Barreiras protecionistas aos produtos dos PMD reduzem sua capacidade de ingressos em moeda forte e seu crescimento econômico;

2) Subsídios à produção e exportação de produtos agrícolas deprimem os preços do mercado internacional abaixo de sua tendência a longo prazo e aumentam a volatilidade dos preços nessa tendência;

3) A ajuda em alimentos dos países desenvolvidos corresponde aos anos de superávit produtivo entre os países desenvolvidos e não aos déficits de alimentos dos PMD. Adende-se aqui a observação feita durante os debates de que dita “ajuda em alimentos” conta com a boa vontade das autoridades dos PMD para assegurar a satisfação da população urbana com a disponibilidade de alimentos mais baratos, em detrimento das populações rurais dependentes da agricultura. É o nosso conhecido populismo que troca a popularidade do mandatário transitório pela pobreza permanente das populações rurais, que sofrem com a desvalorização de suas produções agrícolas;

4) Os PMD pouco obtiveram dos acordos de comércio agrícola até agora celebrados, na medida em que esses acordos são dominados por aqueles que têm mais a perder os países desenvolvidos ricos.

Vários participantes aludiram sobre a necessidade de que a rodada Doha de negociações, no âmbito da OMC, não continue a ser dominada pelos Estados Unidos e pela CEE, por vários motivos, alguns dos quais elencados por Thompson:

- Praticamente todo o crescimento populacional, até o ano 2050, se verificará nos PMD. Eles constituem, portanto, o único mercado com potencial de crescimento para as exportações mundiais agrícolas e necessitam de crescimento econômico para que essa “necessidade” por alimentos se torne “demanda” (a capacidade de pagar);

- Pobreza persistente entre nações populosas pode ter efeitos adversos se não for aliviada; em resumo, não há paz com fome;

- Felizmente, é crescente no mundo a noção de que “é a coisa certa a ser feita”;

- A maioria dos países membros da OMC é constituída por países em desenvolvimento. Não haverá acordo possível a menos que eles percebam que há algo de valor a ser obtido.

Destacou-se o aspecto de que muitos economistas demonstraram que o maior potencial para o crescimento da demanda por alimentos reside entre as populações cuja renda é inferior a US\$ 8,00 per capita/dia. Estudos demonstram que, uma vez que essa barreira dos US\$ 8,00 capita/dia é superada, constata-se que as necessidades por alimentos são atendidas e que a partir de então as rendas adicionais são direcionadas para outros itens como melhoria na moradia, vestuário, produtos não alimentícios, etc.

Estudos demonstram ainda, de forma conclusiva, que a pobreza é a causa primária da fome no mundo, exceto em tempos de guerra, desastres naturais e fomes impostas politicamente. Isso significa dizer que crescimento econômico de base ampla, capaz de reduzir a pobreza resolveria a maior parte da fome no mundo e contribuiria substancialmente para a demanda mundial por alimentos.

O potencial do crescimento pela demanda de alimentos é nada menos do que espantoso. Atualmente, 1,25 bilhões de pessoas vivem neste planeta com menos de US\$ 1,00 por dia. 70% desse total estão no meio rural e a maioria depende de culturas de subsistência, atividades florestais e pesca para suas rendas magras.

Adende-se que 3 bilhões de pessoas (quase que a metade da população mundial) vivem com menos de US\$ 2,00 por dia. E lembre-se que qualquer aumento da renda até o limite de cerca de US\$ 8,00 por dia tende a ser gasto na melhoria da dieta, antes de qualquer outra coisa!

Os líderes das discussões no âmbito do WAF deixaram perfeitamente claro que o desenvolvimento agrícola isoladamente tem potencial limitado em mitigar a pobreza rural. Por um lado, as terras aráveis não estão distribuídas no mundo nas mesmas proporções que as populações. Por outro, na maioria dos PMD, as “fazendas” possuem somente 1 acre, e em 1 acre é impossível cultivar o suficiente para alimentar uma família e gerar renda extra para escapar da pobreza.

A partir dessa constatação, foi dito aos líderes do WAF que a migração rural para a área urbana é normal e essencial. O número de agricultores desses PMD precisa cair e a área média cultivada por agricultor aumentar. Mas tal implica em dizer que outras fontes de emprego devem ser geradas nas áreas urbanas desses países, e tal não ocorrerá a menos que esses países recebam maiores oportunidades no âmbito comercial. Se os países desenvolvidos forem suficientemente espertos, e se aprenderem com o que ocorreu ao longo da história, verificarão que maiores oportunidades comerciais e maior renda entre os PMD expandirão a demanda desses países por alimentos mais rapidamente do que suas capacidades de produção, aumentando, portanto, suas importações de alimentos.

Em suma, eis o que os PMD precisam dos países desenvolvidos:

- Acesso de mercado para os produtos nos quais os países em desenvolvimento têm uma vantagem econômica comparativa;
- Eliminação de barreiras à importação e dos subsídios à produção e exportação, que deprimem os preços agrícolas mundiais e aumentam sua volatilidade;
- Ajuda estrangeira e empréstimos do Banco Mundial para investimento em infra-estrutura necessária, tecnologia, know-how, etc.

Apesar de um grande número de participantes do Fórum ser proveniente de países menos desenvolvidos, vários debatedores assinalaram que não podem esperar que os países desenvolvidos resolvam seus problemas sem que façam eles mesmos algumas reformas. Abaixo encontrarão alguns pontos onde as próprias políticas dos LCD impedem a performance de suas próprias agriculturas:

- Corrupção e/ou instabilidade econômica que afastam investimentos do setor privado;
- Falta de definição ou de defesa legal dos direitos de propriedade e da santidade dos contratos;
- Subinvestimento em infra-estrutura rural e em educação;
- Falta de tecnologia adaptada aos solos, clima e relevos locais, etc;
- Suas próprias “políticas de alimento barato”, concebidas para manter o consumidor urbano calado, mesmo à custa da ruína dos seus próprios agricultores, e que só podem ser sustentadas por meio de “ajuda em alimentos” ou por importações subsidiadas.

Os líderes do WAF foram realistas o suficiente para reconhecer que os países desenvolvidos não abandonarão seus agricultores à “sobrevivência do mais forte” do agronegócio global. Basicamente, houve grande apoio, ou pelo menos pouca oposição, a que se subsidie a renda dos agricultores dos PD, conquanto tal não esteja vinculado à produção que contribui para a formação de excedentes mundiais e os conseqüentes subsídios para exportá-los. Reconheceu-se que, principalmente a CEE, mas também os Estados Unidos, têm feito progressos nesse sentido via a redução de excedentes produtivos e subsídios à exportação através da decomposição dos seus apoios agrícolas via produção. Em suma, não somos contra o fato das nações ricas subsidiarem a renda de seus agricultores, mas, sim, que o façam por outros meios que não os da produção. Sairá mais barato para os países ricos e menos danoso para todo o mundo.

Outro ponto maior discutido no WAF foi a crise futura de escassez de água. Debatedores apontaram para o fato que, em 2020, um terço de população da Terra viverá em áreas de “escassez de água”, onde a água disponível mal suprirá as necessidades domésticas, que dirá as da agricultura. A exemplo das terras aráveis disponíveis, a água doce não está distribuída pelos países do mundo em direta proporção às populações.

Um dos palestrantes calculou que, se a China e a Índia alcançarem o “consumo per capita médio mundial de água”, necessitaríamos de mais 4 vezes das disponibilidades de água do planeta. Tal simplesmente não poderá ocorrer.

A escassez de água é outra razão da importância vital do comércio internacional de produtos agrícolas para alimentar o mundo, principalmente aqueles que exigem grandes quantidades de água em sua produção. Os países que buscam soluções proibitivas para a escassez de água, do ponto de vista de custos, como é o caso da dessalinização de água do mar, finalizarão por conscientizarem-se de que importar alimentos é essencialmente importar “água virtual”.

Com exceção do que está em itálico e que é de minha lavra, o texto acima traduz fundamentalmente o que está publicado no site do World Agricultural Fórum (<http://www.worldagforum.org/>) e do Congresso 2005 (<http://www.iisd.ca/sd/wagf/>), além do excelente Doane's Agricultural Report (vol.68, #20).

Compilei e traduzi *ipsis litteris*, pela importância maior das teses que permearam essa edição do Congresso do WAF, que, a meu juízo, foi um momento maior na história contemporânea da agricultura e que deverá repercutir nas futuras negociações sobre o comércio internacional de produtos agrícolas. Foi também um momento maior para a contestação dos subsídios à produção e comércio por parte dos países ricos.

Os poucos brasileiros que lá compareceram o Brasil é considerado uma potência agrícola mundial, mas sua delegação aos Congressos do WAF tem sido entre as menos expressivas das Américas também experimentaram um momento distinto.

Houve, nos 3 dias do WAF, algumas dezenas de conferências no âmbito das muitas mesas-redondas, que eram seguidas por debates com o público. Raro foi o tema em que o nome do Brasil não tenha sido mencionado. Basta examinarmos os pontos anteriormente abordados para entender o porquê. O Brasil possui:

- uma das maiores áreas aráveis do mundo e a principal reserva de terras agriculturáveis ainda inexploradas, estimadas em 90 milhões de hectares;
- as maiores reservas de água doce, com 14% do total mundial;
- é um dos poucos países em desenvolvimento que possui tecnologia agrícola adaptada aos trópicos e às suas condições próprias;
- ocupa posições de liderança na produção de vários produtos agrícolas;
- é uma potência mundial em soja, cítricos, carnes, açúcar, frutas, café, etc;
- chama a atenção por seus avanços de décadas em relação a bio-combustível, bio-energia e bio-massa;
- é visualizado como uma potência agrícola do presente e como uma das garantias de abastecimento de alimentos para as necessidades futuras do mundo;
- provocou um momento de decisão com suas vitórias no âmbito da OMC nas questões do algodão com os Estados Unidos e do açúcar com a CEE. Essa base de vitória demonstrou aos PED e PMD que é viável romper o status quo; aos PD, que há a necessidade de negociar, e aos segmentos acadêmico, empresarial e de OGNs mundiais, a base para aumentar sua pressão no sentido do novo conceito que é “the right thing to do” (“a coisa certa a ser feita”).

Creio que aqui é mister fazer um agradecimento ao Ministro Pratini de Moraes e ao amigo, e hoje colega de suinocultura, Pedro de Camargo Neto, que lideraram esse processo de contestar a política de subsídios dos países ricos com esses dois casos exemplares. Vocês não fizeram algo só pelo Brasil, mas pelo que ficou patente durante o Congresso do WAF 2005, fizeram um bem maior que repercutirá por todo o mundo.

Já que estou no “mode” de reconhecimento, envio minha homenagem e respeito à Embrapa, sofrida pela falta de recursos e por intervenções cíclicas da néscia política, inclusa a recente de ideólogos anacrônicos. E a todos que militam em agricultura o meu brado de convocação para a defesa intransigente de recursos para o MARA e para a Embrapa. Não é a Petrobrás que deve ser intocável, mas o MARA e a Embrapa.

Recursos para eles, mesmo que tal implique em reduzir mesmo ao custo da dor de toda a nação brasileira o número de senadores e deputados federais, seus assessores, suas verbas de gabinete, seus direitos a sustentar escritórios políticos nas suas “bases” (a base é algo, que como todos sabem, sempre fica por baixo), malas (não me interpretem mal, pois cada parlamentar recebe uma mala no início de sua legislatura para transportar documentos), direito a ajudar o país empregando parentes que tenham curso universitário e indicar pessoas para 26.000 cargos comissionados, todos altamente qualificados, já que alguns conseguem passar da área de seguros para a área de energia elétrica sem o menor problema de competência, qualificação e eficiência.

Agora que acabei com a sessão de elogios vou à da crítica. Brasil, Argentina e Estados Unidos são a base que alimentará o mundo em 2050 e é uma lástima que esse triúviro se debata nas questões dos interesses menores, localizados e temporais, esquecendo-se do quanto teriam a ganhar com uma cooperação competitiva inteligente.

De volta ao Congresso do WAF 2005, depois desse interregno de encômios e reprimenda, ficou patente que os PED e PMD olham para o Brasil como um exemplo e que os países desenvolvidos não partilham desse entusiasmo. Em mais de uma ocasião, representantes dos PD disseram que o Brasil não deveria ser classificado como “país em desenvolvimento”.

No âmbito do WAF meu compromisso é, antes de tudo, de discutir o que garanta a missão maior de “paz e segurança para o mundo através da agricultura”. Tive, entretanto, que me pronunciar como brasileiro, até pela escassez de brasileiros no Fórum, dizendo que um país onde mais de 60 milhões vivem com menos de US\$ 2,00 por dia, dificilmente pode ser classificado como “país desenvolvido”.

É importante que estejamos atentos a essa postura dos países desenvolvidos de desejarem uma re-classificação dos “PED” e dos “PMD”, mormente Brasil e Argentina. Ainda que faça bem ao nosso ego nacional e ao nosso ufanismo, fará mal à nossa posição nas negociações das rodadas de Doha, pois somos definitivamente “em desenvolvimento” e, portanto, titulares de concessões que devem ser feitas pelos PD. Pode soar muito bem num discurso dizer que, durante a minha gestão (como todos vocês sabem, eu sou candidato à Presidência), o mundo reconheceu que somos desenvolvidos, mas é bom lembrar que são os “países desenvolvidos” que devem fazer concessões aos “países em desenvolvimento”. Resistam ao ego, pois nós, como outras 150 nações do mundo, só romperemos a barreira do subdesenvolvimento e da pobreza quando tivermos o direito de ter nossas vantagens econômicas comparativas em agricultura prevalecendo sobre os subsídios dos países ricos.

Outro aspecto a ser considerado é a bandeira agora levantada pelos países ricos de que o problema dos PED e PMD deve-se em grande parcela às suas próprias culpas e apenas acessoriamente aos subsídios dos PD.

A cada malério, Land Rover, Correios, “recursos de campanha não contabilizados”, díizimos, etc, etc, enfraquece-se a posição de negociação do Brasil nos fóruns e rodadas onde se discutem livre comércio, fim de subsídio, abertura de mercados e eliminação de obstáculos pseudo-sanitários. Não é apenas o dinheiro de nossos impostos que está sendo roubado e desviado da infra-estrutura que carecemos. Esses maus brasileiros, protegidos por leis sob medida que garantem impunidade contra crimes comuns enquanto exercem mandatos, roubam-nos, sobretudo, do nosso futuro de potência agrícola mundial que, com suas exportações de alimentos, tornará o mundo melhor.

O processo de mudanças não ocorre sem que uma pessoa, um dia, insatisfeita com algum estado das coisas, com uma situação, etc, decida mobilizar seus pares para mudar o “status quo”. As idéias mudam o mundo, mas sem o líder elas não se transformam nas ações que levam às mudanças.

Adote em sua comunidade o papel desse líder, pois esses maus brasileiros não foram lá colocados por obra e graça do Espírito Santo, mas pelo nosso voto, pela nossa inércia ao aceitar que “sempre foi assim”, por nosso silêncio, por nossa omissão ao não escrevermos aos parlamentares que elegemos exigindo fim de “pizzas” ou de “acórdãos” e exigindo que a impunidade parlamentar se restrinja aos delitos de opinião e não aos delitos comuns. Não podemos permitir que persista no sistema brasileiro o “todos são iguais perante a lei, exceto os que fizeram a lei”.

Não permitam que nos roubem de nosso futuro no agronegócio.